
O DECRETO 4.887/2003 E A REVELAÇÃO DE UM DESCONHECIDO BRASIL NEGRO

SANDREYLZA PEREIRA MEDEIROS
Mestranda em História/PPGH-UFCG
Professora do Ensino Básico
sandreylza@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Mais de cem anos depois da Lei Áurea, o Pós-Abolição continua a ser cenário de uma vasta discussão acadêmica acerca de questões, tais como, *a de quem aboliu o que*. É sempre conveniente e pertinente lembrarmos que o citado preceito jurídico não contemplou nenhum projeto que viabilizasse a garantia de que os escravos, após a Lei, na condição ao menos oficial de cidadãos “livres”, pudessem ser de fato e de direito inseridos na sociedade da época.

Em linhas gerais, poderíamos afirmar que estes estão por toda parte e sobreviveram as mais duras políticas ideológicas, a exemplo da teoria do embranquecimento, em que as primeiras elites republicanas - mesmo abolicionistas - desejavam que a população negra fosse desaparecendo para dar lugar a uma sociedade brasileira de feições européias, essas elites e gerações posteriores aspiravam a uma brancura no pigmento e branquidade nas formas de pensar.

Apesar da tentativa de silenciar essas populações negras, o Estado brasileiro não contava com o fato, de que estes resistiram sob diversas formas à longa exclusão social/econômica, e buscaram entre muitos outros modos, dentre os quais a militância, o reconhecimento político de seu protagonismo histórico. Assim, os movimentos quilombistas (reconhecidos) defendem a sua identidade étnica situando-se socialmente como afrodescendentes, afro-brasileiros e negros e continuam, portanto a manter viva a África no Novo Mundo.

Mesmo com o avanço dessas discussões, a temática *quilombo* muito pouco aparece em nossos livros didáticos e quando mencionada, está sempre atrelada a um fenômeno histórico não mais condizente com a realidade vivida por seus descendentes na sociedade atual.

Nesse sentido, essas populações não devem mais ser enquadradas em espaços únicos e singulares, já que lutam por inserção social, respeito e preservação das suas memórias, é preciso ainda observar os quilombos como resíduos arqueológicos de uma ocupação temporal e desfazermos a idéia de isolamento que o próprio termo implica, já que apenas assim

desconstruiremos a ideia de população homogênea, uma vez que Moura (1993, p.37) *Lembra que os quilombos foram exemplos da democracia racial, tornando-se refúgio de muitos indivíduos marginalizados pela sociedade escravista, independente de cor.*

Dessa forma, o conceito de quilombo mencionado nessa pesquisa se baseia na perspectiva antropológica que propõe uma releitura do mesmo, estabelecendo um conceito mais atualizado no caso de se trabalhar com comunidades negras. Para Arruti (2006, p.97) *Este perde o sentido meramente histórico (oficial) e passa a ser interpretado como um objeto socialmente construído.*

A discussão quilombo é fundamental e necessário, principalmente pelo fato de o Governo Federal através da Fundação Cultural Palmares vir reconhecendo comunidades rurais negras como parte de uma descendência escrava. O Decreto de nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos busca reforço teórico no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais: *Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.* (art.68/ADCT/CF1988)

Esse decreto nos revelou um Brasil negro até então desconhecido, já que houve um aumento considerável do reconhecimento de territórios quilombolas no campo, desse modo, pôs-se parcialmente, um fim no anonimato da existência desses povos, que até 2006, segundo Lorenzo Aldé, jornalista da Revista de História da Biblioteca Nacional já ultrapassava o número de mais de mil comunidades registradas no país.

A revelação do que poderíamos chamar desse novo Brasil rural negro tem nos levado a pensar acerca de questões que se tornaram prioridades para o nosso estudo. Uma delas é investigar como tem se dado esses processos de reconhecimento para entendermos como essas identidades têm sido construídas, se internas (a partir do grupo) ou externas (fora do grupo), uma vez que se externas, implicar-se-ia mais uma vez, na relegação da oralitura do povo negro.

Contudo, uma questão tem sido percebida, o quesito terra vem propiciando o início da maioria das discussões, como diz Lorenzo Aldé (2007): *Nem todas precisam de terra para garantir a proteção da sua identidade. Mas a maioria precisa.* Assim, comprovar se estes grupos constituem ou não um quilombo é uma exaustiva discussão que nem o próprio Estado

consegue explicar e que nos preocupa, tendo em vista o doloroso processo que estes têm que passar para terem direito a propriedade.

O QUILOMBO PEDRA D'ÁGUA

Dentre inúmeras comunidades rurais negras do estado da Paraíba, a exemplo das comunidades do Talhado, Caiana dos Crioulos, além do Matias, Grilo, etc. Algumas já foram identificadas e oficialmente reconhecidas, outras ainda encontram-se em processo de reconhecimento.

Em virtude da necessidade de delimitação temática, nosso estudo passa a focalizar a comunidade que atende pelo nome de Quilombo Pedra D'água, localizado no município do Ingá, estado da Paraíba. Só após o reconhecimento oficial do grupo pela Fundação Cultural Palmares é que o mesmo passou a ser chamado de comunidade remanescente dos quilombos fato oficializado no dia 19 de abril do ano de 2006.

Em um breve comentário acerca da escolha da temática diríamos que Pedra D'água era até então um lugar desconhecido e o que nos fez priorizá-la fora o fato de nunca termos ouvido falar que naquela localidade existisse um quilombo, no entanto, a partir do reconhecimento a comunidade saiu do anonimato e “declarou-se” como quilombola - tomada de posição negada durante anos - transformando-se no Quilombo que hoje aguça a curiosidade de pesquisadores, turistas, políticos e curiosos.

A nossa proposta é pensar como tem se dado a construção da identidade cultural dos ditos quilombolas para uma vez perceber se estes compartilham também a idéia de pertencerem a uma ancestralidade escrava, já que em um estudo de identidade étnica proposto pela antropóloga Elizabete Christina de Andrade Lima, no início da década de 90, observou a presença de um discurso bastante articulado e uma tendência extremamente forte, a negação de um passado escravista ou de remanesência quilombola atribuída ao grupo. “*Não conseguimos por ocasião da coleta de dados, nenhum documento escrito ou narrativa oral que pudessem levar a uma construção de uma identidade quilombola.* Lima (2007, p.7). Obviamente, tal negação pode está atrelada a um mecanismo de defesa ou até mesmo opção do grupo em uma suposta tentativa de protegerem-se do discurso discriminatório.

A temática sugerida implica no estudo de dois conceitos que comumente serão utilizados e que segundo Cucho (2002) “*São conceitos imbricados, mas que devem ser compreendidos de forma separada.*” Sendo eles, identidade e/ou cultura.

A importância de se ampliar a discussão em torno desses conceitos dar-se, sobretudo pelo fato de construirmos um referencial teórico com base nas percepções de autores que exaustivamente têm se debruçado no campo de pesquisa em questão, a exemplo de Cuche, Stuart Hall, Manuela Carneiro, entre outros. Tais referências, sobre as quais discutiremos no decorrer do texto nos foram fundamentais no sentido de casarmos o método – recurso utilizado na coleta dos dados, nesse caso a História Oral – com a teoria, que sem dúvida alguma consolidará o nosso trabalho, além do produto final, a escrita.

Como nos propõe Cuche (2002), abordaremos tais conceitos separadamente, tendo em vista que mesmo permeados, necessitam de serem discutidos de modo singular, observando ao final que a expressão *identidade cultural* caminha a partir do que propõe as ciências sociais.

IDENTIDADE SOB A PERSPECTIVA DE HALL

Para Perrone (2007, p.9) o conceito de identidade tem sido bastante gasto nos discursos universitários atuais. De uma extrema complexidade no campo filosófico, ético e político segundo a autora “*O conceito de identidade vem sofrendo profundos abalos desde o século XIX, na filosofia, na sociologia, na psicanálise, assim como na prática moderna dos deslocamentos humanos.*”

Tal conceito, que será aplicado a este estudo não se limita a explicar de forma estática e única a temática em questão, já que deve ser analisado dentro de suas temporalidades e contextos históricos. Mesmo bastante discutido, como afirma Perrone (2007), o conceito citado está longe de ser uma discussão superada, principalmente se atrelado a outros conceitos de difíceis definições, a exemplo de cultura e etnia, termos que serão frequentes no decorrer da pesquisa.

Para Hall (1997, p.8) o termo também é de difícil compreensão

O próprio conceito com o qual estamos lidando „identidade“ é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova.

Sobre as discussões de identidade ao longo da História, Hall (1997, p.11) entende que é possível concebermos três tipos de sujeito: O do Iluminismo “*Centrado, unificado, dotado das capacidades de razão.*” O Sociológico “*Que refletia a interação entre o eu e a*

sociedade.” E o Pós-moderno que se apresenta “*Conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente.*” A partir das suas colocações nos parece ser perceptível que o sujeito assume diferentes identidades nos mais diferentes momentos, daí, “*A identidade torna-se uma „celebração móvel“: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.*” HALL, 1997, p.13). Nesse caso, seria a identidade quilombola de Pedra D’água uma celebração móvel? Uma situação diaspórica?

Supostamente, respondendo aos questionamentos, essa identidade poderia ser uma “política de representação”, ou seja, um envolvimento entre sujeitos que até então poderiam estar localizados nas margens da História e que agora “descobertos”, pelo mundo externo, encontrariam formas de representar a si mesmos conforme a etnicidade, lugar de que se fala lugar de uma história, de uma experiência, historicamente, mas de onde não se teria a ilusão de voltar ao passado. “*A experiência da diáspora se transforma em emblema do presente.*” (HALL, 1997, p.150) “*As identidades culturais vem de algum lugar, tem histórias. Mas, como tudo que é histórico, ela sofre uma transformação constante.*” (HALL, 1997, p. 151).

Admite-se que se vive num turbilhão de sentidos onde se vige uma multiplicidade infinita de código, discursos e leituras que produz novas formas de autoconsciência e reflexividade. Isso de forma alguma, significa que a representação se exauriu, mas que se tornou um processo bem mais problemático. (HALL, 1997, p. 153).

Assim, o autor ressalta que a identidade é uma busca permanente que está em constante construção, travando relações com o presente e com o passado, implicando sempre em movimento.

Essas vertentes não são necessariamente movidas por forças reacionárias nem progressistas, são resultantes de diferentes posições históricas, discursos e forças que estão articuladas. Muitas dessas tentam construir uma etnicidade pura, fechada, sendo que são compulsoriamente resultantes de um movimento diaspórico, são etnicamente híbridas, multiculturais e misturadas.

Portanto, ao recorrermos à palavra identidade nesta pesquisa nos remeteremos a compreendê-la como algo transformado ao longo do tempo, não inato, que nos será apresentado constantemente em vias de transformação. Desse modo, entenderemos o termo a partir do pensamento do autor.

A identidade muda com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. (HALL, 1997, p.

21). Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’ , ‘sempre sendo formada’ (HALL, 1997, p.38).

O CONCEITO DE CULTURA PROPOSTO PELAS CIÊNCIAS SOCIAIS

De maior complexidade genealógica e semântica, até mesmo histórica, do que identidade é o conceito de cultura. Não temos a intencionalidade de aqui gastá-lo ou defini-lo, mas apenas de discutir como aplicá-lo no contexto das realidades quilombolas. Para Cunha (1987, p.116) “*Os grupos étnicos sofrem interferência em suas culturas tradicionais. Essa interferência atinge, além da língua, a religião, os costumes matrimoniais, a tecnologia e os hábitos alimentares.*” assim, como forma de resistência, tais grupos étnicos elegem alguns traços culturais para o apego, preservando, assim, a identidade do grupo e descartando a ideia de uma cultura total.

Nesse caso, há uma imprevisibilidade em predizer quais dentre todos os traços culturais devam ser enfatizados e, dessa forma, surge quase um consenso entre os antropólogos, no sentido de que no âmbito cultural haja um compartilhamento de valores, formas e experiências a partir de uma relação, entre a cultura existente e a cultura ancestral, os grupos étnicos sofrem sempre interferências em suas culturas tradicionais, pois não há um conservadorismo de valores, mas apenas o apego a alguns elementos mais fortes e significantes, além das fronteiras inter-étnicas que proporcionam trocas de culturas freqüentes e, portanto a construção de uma cultura não pautada na homogeneidade.

Na perspectiva de Cuche (2002) “*Cultura seria um conjunto de suas vinculações em um sistema social (classe sexual, classe de idade, classe social, nacionalidade).*” Ou seja, algo que localiza o indivíduo num sistema social onde este seja localizado socialmente, por isso a antropologia reconhece o fator cultura desses grupos a partir da correspondência da própria definição do grupo, situando-o no conjunto social, isto é, identificando quem são os membros do grupo “nós”, “os iguais” e os distingue daqueles que não são membros “os outros”, os diferentes de nós.

A IDEIA DE IDENTIDADE CULTURAL QUILOMBOLA

Para Cuche (2002) “*Identidade cultural é uma modalidade de caracterização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural*” Ou seja, a cultura é muitas vezes

assimilada através de processos inconscientes ao passo que a identidade está vinculada à “normas de oposições simbólicas”. Desse modo, Existem várias concepções de identidade cultural, entre elas deterministas e essencialistas (objetivistas), subjetivistas e relacional, além da situacional que ultrapassa a dicotomia objetivismo/subjetivismo.

As concepções objetivistas de identidade culturais são divididas em duas teorias, a genética/biológica para qual a identidade é vista como uma condição imanente do indivíduo, definindo-o de maneira estável e definitiva, assim, as características e qualidades psicológicas são vistas como herança biológica; racial.

A teoria Culturalista, define identidade cultural pela socialização, pela interiorização de modelos culturais que são impostos pelos grupos de origem e recebidos de forma definitiva pelos indivíduos. A língua, a cultura, a religião, o território, a personalidade básica, enquanto que a concepção subjetiva define a identidade como sendo um sentimento de vinculação a uma coletividade imaginária (em maior ou menor grau).

Hall (2003, p. 231) também demonstra a sua preocupação com a conceituação de identidade cultural e nos indaga: “*Estas surgem dentro da própria cultura ou de fatores externos que a invadem?*” Esta tem sido a nossa problemática em Pedra D’água, os quilombolas têm construído as suas próprias identidades culturais, ou estas se formam de modo externo? Quais idéias compartilham acerca de identidade e cultura, afinal?

Em relação aos grupos étnicos, o autor dirá: “*Essa transformação cultural é um eufemismo para um processo de expulsão de formas e práticas culturais do centro da vida popular e ativamente marginalizada.*” (HALL, 2003, p. 232). Nesse sentido, há aquilo que ele chama de dialética da luta cultural, que seria a “autonomia” desses grupos ou o encapsulamento.

Sob a ótica de Cucho (2002), o que define a identidade são as representações que os indivíduos fazem da realidade social e de suas divisões (escolha arbitrária). Ou seja, as identidades culturais são variáveis e efêmeras, portanto, esta pesquisa pretende seguir nesta linha de pensamento.

Frederik Barth (2000) conceitua identidade como sendo uma construção que se elabora em uma relação que opõem um grupo aos outros grupos com os quais está em contato. A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e orientam suas representações e escolhas, é dotada de eficácia social e produz efeitos sociais reais, por isso a identidade não é definitiva nem estática. Ela se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais e ela existe sempre em relação à outra.

Logo, uma mesma cultura pode ser instrumentalizada de modo diferente nas diversas estratégias de identificação. O autor discute em sua concepção de identidade a questão da alteridade (a construção em oposição ao Outro) e a questão da fluidez (o trânsito constante entre identidades). “*Há o desejo de se ver cultura em tudo, de encontrar identidade para todos.*” (BARTH, 2000, p. 175). Então propõe posicionar-se nas margens para reconhecer um modo de existência que não se deixa classificar como simplesmente de assimilação cultural, de como esse processo não é uniformizador, e sim, resultante de negociações, formas locais de oposição e resistência.

É observável, o quanto tais discussões e conceitos não estão superados e encontram-se distantes de definições comuns e simplificadas. Em início de pesquisa, esta é uma “*arenga*”, como sabiamente nos diz Gervácio, que está apenas começando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDÉ, Lorenzo. **Brasil rural muda de cor.** Revista de História, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, n. 27, dez. 2007.

ARRUTI, José Maurício. **MOCAMBO: Antropologia e História do processo de formação quilombola.** Coleção Ciências Sociais. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** (1988): Texto Constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais N^os 1/92 a 45/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão N^os 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

CUCHE, Denys. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais.** Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002. P. 175-202.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil – mito.história.etnicidade.** 2^a Ed. São Paulo- SP: Brasiliense, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** [Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro] – 10. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **DA DIÁSPORA: identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003, p.231-317.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Pedra D’ água: uma comunidade quilombola.** Seminário Nacional de Estudos de História e Cultura Afro-Brasileiras. NEAB-Í, 2007, CD-ROM/ISBN: 978858708791.

_____. **OS NEGROS DE PEDRA D'ÁGUA: UM ESTUDO DE IDENTIDADE ÉTNICA:** História, Parentesco e Territorialidade numa comunidade Rural. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande – PB: Universidade Federal da Paraíba, 1992.

MEDEIROS, Sandreylza Pereira. **Comunidade de Pedra D'água em Ingá-PB:** a idéia de quilombo no século XXI. O processo de construção da identidade quilombola é imposto de fora? Seminário Nacional de História e Cultura Afro-Brasileiras. NEAB-Í, 2007, CD-ROM/ISBN: 978858708797.

MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 98.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vira e mexe, nacionalismo:** paradoxo do nacionalismo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.